

SUMÁRIO

<i>APRESENTAÇÃO</i>	V
<i>AGRADECIMENTOS</i>	XI
<i>SOBRE O AUTOR</i>	XIII
CAPÍTULO I - DELIMITAÇÃO DO OBJETO E METODO DE INVESTIGAÇÃO DO CONTEÚDO JURÍDICO DE FUNÇÕES SOCIAIS DA CIDADE.....	1
CAPÍTULO II - NATUREZA DE FUNÇÕES SOCIAIS DA CIDADE.....	11
2.1. Relevância da identificação da natureza do objeto pesquisado	11
2.2. Funções sociais da cidade é norma jurídica.....	16
2.3. Função social da cidade é princípio jurídico constitucional de eficácia plena e aplicabilidade imediata.....	25
2.3.1. Classificação da norma jurídica constitucional quanto à eficácia plena e a aplicabilidade	29
2.3.2. Classificação bipartite da norma jurídica: princípios e regras	34
2.3.3. As funções sociais da cidade enquanto norma princípio constitucional de eficácia plena e aplicabilidade imediata	48
CAPÍTULO III - SENTIDO DE FUNÇÕES SOCIAIS DA CIDADE	55
3.1. A importância da questão terminológica para a obtenção do sentido de funções sociais da cidade	55
3.2 . Conteúdo jurídico do termo “funções”	67
3.3. Conteúdo jurídico do termo “sociais”	77
3.4. Do conteúdo jurídico do termo “cidade”	84
3.5. Definição síntese do sentido de funções sociais da cidade no ordenamento jurídico brasileiro	98

3.6. O sentido jurídico de funções sociais da cidade e a Carta de Atenas.....	102
CAPÍTULO IV - ALCANCE JURÍDICO DE FUNÇÕES SOCIAIS DA CIDADE.....	117
4.1. De funções sociais da cidade como expressão dos fundamentos e objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.....	117
4.2. De funções sociais da cidade como direito fundamental ínsito ao estado social posto.....	128
4.3. De funções sociais da cidade como princípio estruturante do regime jurídico da política urbana.....	135
4.4. De funções sociais da cidade como fundamento e limitador dos atos de poder.....	148
4.5. De funções sociais da cidade como expressão de direitos difusos e/ou coletivos e de direito individual subjetivo.....	160
4.6. Da incidência de funções sociais da cidade sobre os atos jurídicos quando destinados às áreas urbanas.....	167
4.6.1. Funções sociais da cidade: vetor da Lei Federal 10.257/11 (Estatuto das Cidades)	174
4.7. Da incidência de funções sociais das cidades nos bens públicos e nos bens privados	177
CAPÍTULO V - CONCLUSÕES	187
REFERÊNCIAS	191